

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE FEMININO: UMA REVISÃO DE ESCOPO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA ECOLOGIA DE JOGOS

PUBLIC POLICIES FOR WOMEN'S SPORTS: A SCOPING REVIEW FROM THE PERSPECTIVE OF THE ECOLOGY OF GAMES FRAMEWORK 

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DEPORTE FEMENINO: UNA REVISIÓN DE ALCANCE DESDE LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA DE LA ECOLOGÍA DE JUEGOS 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.145654>

 **Kauana Possamai*** <kauanapossamai@hotmail.com>

 **Silvia Simoni*** <silsimoni1979@gmail.com>

 **Michel Milistetd*** <michel_canhoto@hotmail.com>

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

Resumo: Este estudo examina as políticas públicas voltadas para o esporte feminino a partir da Teoria da Ecologia de Jogos, explorando suas características, desafios e impactos. Trata-se de uma revisão de escopo conduzida segundo as diretrizes do PRISMA-ScR, com buscas realizadas em sete bases de dados. Dos 1.614 artigos identificados, 13 foram incluídos na análise. Os resultados evidenciaram quatro temas principais, alinhados à teoria, governança e lideranças inclusivas; pressões sociais e normas culturais; recursos financeiros e impactos econômicos; e, cooperação internacional e a formação de redes globais. Conclui-se que a promoção do esporte feminino exige estratégias integradas, articulação entre atores globais e locais e monitoramento contínuo para superar desigualdades históricas e garantir avanços sustentáveis.

Palavras-chave: Políticas públicas. Esporte feminino. Equidade de gênero. Governança esportiva.

Recebido em: 6 fev. 2025.
Aprovado em: 18 ago. 2025
Publicado em: 26 nov. 2025



Este é um artigo publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

O esporte tem se consolidado como um importante espaço de promoção da saúde, integração social e desenvolvimento humano (Karstensen *et al.*, 2024). No entanto, apesar desse potencial transformador, desigualdades históricas e estruturais ainda limitam a plena participação das mulheres no esporte enquanto praticantes, atletas ou mesmo no campo profissional (Assis, *et al.*, 2024; Vaquero-Cristóbal *et al.*, 2024). Essas disparidades são especialmente evidentes nos contextos de liderança, onde a sub-representação feminina é acompanhada por práticas de sexismo e subestimação de habilidades (Lotfy; Bennani, Cornet, 2023). Mesmo iniciativas recentes para promover igualdade entre mulheres e homens no contexto esportivo mostram eficácia limitada, sobretudo quando ignoram as práticas discursivas que naturalizam a desvalorização das mulheres (Siroya, 2023; Knoppers; Spaaij, 2022).

Essa marginalização reflete-se também no financiamento e na cobertura midiática: os esportes femininos continuam relegados a um segundo plano em comparação aos masculinos, reproduzindo desigualdades sistêmicas que atravessam décadas (Evans; Knepper, 2024). Tais dinâmicas não são meramente setoriais, mas resultam de estruturas socioculturais mais amplas que reforçam papéis de gênero tradicionais. A globalização, por exemplo, prioriza mercados esportivos dominados por homens, enquanto a mercantilização do esporte direciona patrocínios e investimentos para modalidades masculinas, marginalizando atletas mulheres (Weatherford; Block; Wagner, 2018). Paralelamente, a interpenetração do esporte com normas sociais conservadoras sustenta estereótipos que transcendem as arenas esportivas, criando barreiras simbólicas e materiais.

No campo esportivo, as desigualdades entre mulheres e homens são sustentadas por estruturas simbólicas e normativas que naturalizam a masculinização tanto das práticas esportivas quanto das profissões vinculadas às ciências do esporte. Em estudo sobre a formação universitária, segundo Serra *et al.* (2019) identificaram um processo claro de masculinização nos cursos de Ciências da Atividade Física e do Esporte na Catalunha, com diminuição progressiva da presença feminina, apesar do aumento da prática esportiva entre mulheres. Essa dinâmica revela que a formação acadêmica tende a reforçar padrões tradicionais, dificultando a permanência das mulheres na área técnica. Além disso, Soler (2009) destaca que a ideologia de gênero impõe regras simbólicas e práticas mais restritivas às mulheres, limitando seu acesso a espaços decisórios e funções técnicas no esporte. Esses dados reforçam a ideia de que existe uma lógica de poder que legitima a masculinidade como padrão hegemônico, e uma ideologia de gênero que restringe a agência feminina no sistema esportivo.

Diante desse cenário, políticas públicas e ações institucionais emergem como ferramentas fundamentais para fomentar a equidade. Organizações internacionais, como a UNESCO (2019) e a ONU Mulheres (2019), têm defendido estratégias baseadas em incentivos financeiros, formação de lideranças femininas e campanhas de conscientização. Medidas legislativas, como o Título IX nos EUA e a Lei de Igualdade de Gênero no Canadá, comprovam o impacto de marcos legais na garantia

de oportunidades e remuneração equitativa (Koller, 2019; Sypień, 2024). Iniciativas como o programa *Women in Coaching* e a conformidade da liga esportiva National Collegiate Athletic Association (NCAA) com o Título IX ilustram como a governança esportiva pode ampliar a participação feminina quando aliada a compromissos institucionais (Lopiano, 2014; Sypień, 2024).

A mudança também é impulsionada por normas culturais que desafiam papéis tradicionais de gênero, como observado no sucesso de times femininos de futebol e hóquei nos EUA, onde políticas progressistas fomentaram maior participação e visibilidade das mulheres no esporte (Koller, 2019). No entanto, a efetividade dessas políticas depende criticamente da representação feminina em cargos de decisão. Organizações com maior presença de mulheres em conselhos diretivos e a existência de aliados masculinos em posições estratégicas são mais propensas a implementar práticas equitativas (Lesch; Kerwin; Wicker, 2023; Sotiriadou; Haan, 2019). Ainda assim, persistem desafios como a competição entre entidades esportivas por recursos, que frequentemente prioriza lucro em detrimento da inclusão, e a falta de mecanismos de avaliação sensíveis às especificidades de gênero (Weatherford; Block; Wagner, 2018).

Essa complexidade de fatores – globais, institucionais e culturais – exige uma análise sistêmica que vá além de intervenções isoladas. A promoção do esporte feminino envolve uma rede intrincada de atores, normas e interesses, cuja interação define os limites e possibilidades da equidade. Compreender essas dinâmicas interdependentes é essencial para desenhar estratégias transformadoras capazes de enfrentar não apenas sintomas, mas as raízes estruturais da desigualdade. Neste sentido, esta revisão de escopo tem como objetivo analisar e sintetizar a produção acadêmica sobre políticas públicas voltadas para a equidade de gênero no esporte, adotando a ecologia dos jogos (Lubell, 2013) como estrutura teórica de suporte.

2 A TEORIA DA ECOLOGIA DE JOGOS

A Teoria da Ecologia de Jogos (*Ecology of Games Framework* – EGF), desenvolvida por Mark Lubell (2013), é uma proposta analítica voltada à compreensão da governança em sistemas políticos complexos, nos quais múltiplos atores interagem em arenas distintas, mas interdependentes. Derivada inicialmente da metáfora ecológica proposta por Norton Long (1958), a teoria assume que, tal como organismos coexistem e competem em um ecossistema natural, os agentes políticos participam de múltiplos “jogos” simultâneos, interagindo por meio de regras formais e informais, recursos escassos e objetivos concorrentes. Essa abordagem policêntrica nos permite compreender que o esporte feminino não é regulado por uma única entidade, mas por diversos centros de decisão – como confederações esportivas, governos, ONGs e patrocinadores – cada um operando de forma autônoma, porém interligada.

A analogia com a ecologia não é meramente ilustrativa, mas serve como ferramenta heurística para captar os elementos dinâmicos, inter-relacionados e multiescalares que compõem a ação pública. Em vez de uma abordagem linear

e hierárquica da formulação de políticas, o EGF enfatiza a policentricidade, a interdependência institucional e a dinâmica temporal dos sistemas políticos (Lubell, 2013). Assim, o foco desloca-se do estudo de instituições isoladas para a análise de um “ecossistema” de decisões sobrepostas, onde múltiplas instituições (governos, federações esportivas, ONGs, organismos internacionais, patrocinadores etc.) atuam com graus variados de autonomia e conexão.

Um dos pontos fortes dessa perspectiva é a consideração da dimensão temporal. Lubell (2013) ressalta que a evolução dos “jogos” políticos ocorre ao longo do tempo, permitindo que estudos longitudinais captem as transformações das interações entre atores e fóruns. No contexto do esporte feminino, essa análise temporal revela como iniciativas, como o Título IX nos Estados Unidos ou o programa *Women in Coaching* no Canadá, evoluíram em resposta a mudanças culturais e institucionais, refletindo a dinâmica de “janelas de oportunidade” onde novas políticas podem ser implementadas com maior eficácia.

A força dessa abordagem reside em sua capacidade de integrar fatores aparentemente desconexos. Conforme Lubell (2013), a ecologia dos jogos oferece uma lente sistêmica para entender como políticas públicas operam em um sistema mais amplo, interagindo com práticas sociais, estruturas de poder e normas culturais. Essa perspectiva identifica seis elementos essenciais: (i) atores políticos, com preferências, estratégias e recursos próprios; (ii) questões políticas, que são os problemas políticos em disputa; (iii) fóruns institucionais, como conselhos, agências, conferências ou federações; (iv) jogos de política, que são as interações estruturadas em arenas específicas; (v) sistemas policêntricos, compostos por múltiplos jogos interligados; e (vi) dimensão temporal, evolução das interações ao longo do tempo (Lubell 2013). Esses elementos permitem observar como políticas públicas são formuladas, disputadas e adaptadas em contextos de alta complexidade e incerteza, sobretudo quando múltiplos agentes estão envolvidos e não há um centro único de decisão (Lubell *et al.*, 2022). Tal abordagem é particularmente útil para identificar lacunas na literatura, especialmente no que diz respeito aos impactos, limitações e desafios de implementação das políticas em diferentes contextos socioculturais.

No caso do esporte feminino, o EGF permite compreender como a promoção da equidade de gênero não depende de uma única política ou organização, mas da interação entre diversas arenas decisórias e agentes com diferentes graus de poder. Por exemplo, federações esportivas podem implementar ações inclusivas motivadas por pressões de patrocinadores (atores externos), enquanto governos propõem legislações em resposta a acordos internacionais (como a Declaração de *Brighton* ou o *Kazan Action Plan*), e movimentos sociais criam demandas locais que retroalimentam o sistema. Essas interações constituem o que Lubell (2013) chama de jogos interdependentes, nos quais decisões em uma arena influenciam e são influenciadas por decisões em outras.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para a literatura ao mobilizar a teoria de Lubell (2013) como estrutura interpretativa, promovendo a tradução dos conceitos ecológicos para o campo das políticas públicas esportivas. Com isso, espera-se

não apenas mapear os elementos estruturais das políticas analisadas, mas também compreender como sua efetividade é condicionada por processos dinâmicos de competição, cooperação e adaptação entre atores diversos em contextos multiescalares.

3 MÉTODOS

3.1 PROTOCOLO E REGISTRO

Foi realizada uma revisão de escopo com protocolo registrado no *Open Science Framework*, sob o DOI:10.17605/OSF.IO/PGSJ7, seguindo as diretrizes do guia internacional PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018) e baseando-se no checklist de 21 itens para melhorar a qualidade das revisões de escopo, conforme o Reviewers' Manual do Joanna Briggs Institute (JBI, 2015).

A formulação da pergunta de pesquisa, o objetivo do estudo e a seleção dos descritores seguiram o acrônimo CoCoPop, sugerido para revisões de escopo (Munn *et al.*, 2018): Co (*Condition*) - Políticas públicas e iniciativas de apoio ao esporte feminino, voltadas para a promoção, desenvolvimento e participação das mulheres no esporte; Co (*Context*) - Contexto global e regional do esporte, com foco em como as políticas e programas para o esporte feminino se relacionam com questões de igualdade de gênero, acesso, e inclusão no esporte em diferentes países e culturas; Pop (*População*) - Mulheres e meninas em diversos contextos sociais e esportivos, abrangendo tanto a população em geral quanto atletas, praticantes amadoras, e profissionais. A questão principal da pesquisa é: Quais são as características, os desafios e os impactos das políticas públicas para a promoção do esporte feminino em diferentes contextos globais, e como essas políticas influenciam a participação e inclusão das mulheres no ambiente esportivo?

3.2 ESTRATÉGIA DE BUSCA

A estratégia de busca foi elaborada em colaboração com a equipe da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, utilizando uma combinação de palavras-chave e descritores, aplicando operadores booleanos "and" e "or". A seguir, é apresentado o modelo de busca utilizado na base de dados Scopus:

("women's sport" OR "women's sports" OR "female sports" OR "women in sports" OR "gender equality in sports" OR "gender equity in sports" OR "women's athletes" OR "female athletes" OR "women's sport policy" OR "gender policy in sport") AND (policy OR policies OR initiatives OR programs OR support OR promotion OR empowerment OR advocacy OR access OR development OR funding OR participation OR leadership) AND (public OR state OR government OR governmental OR local OR federal OR organizational OR international OR institutional OR municipal OR nationwide OR community-based OR grassroots).

3.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

As bases de dados consultadas foram: *Scielo*, *Web of Science*, *SCOPUS*, e *SPORTDiscus*, e foram selecionadas por sua relevância e escopo multidisciplinar, permitindo o acesso a estudos nas áreas de políticas públicas, ciências do esporte, educação física e sociologia. Além das bases de dados internacionais e regionais, também foram consultados bancos de teses e dissertações como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), NDLTD, e *ProQuest Dissertations & Theses Global (PQDT Global)*, com o intuito de mapear produções acadêmicas relevantes não indexadas em periódicos. No entanto, os trabalhos encontrados nesses repositórios não foram incluídos na avaliação final, pois, apesar de tratarem de temas relacionados ao esporte feminino, não cumpriam integralmente os critérios de inclusão definidos para esta revisão. As buscas foram realizadas em 11 de novembro de 2024, restrita aos últimos 10 anos. Os artigos encontrados foram exportados para o gerenciador de referências *Mendeley*, onde as duplicatas foram removidas automaticamente. Em seguida, os artigos foram transferidos para a plataforma *Rayyan – QCR!*® para a triagem baseada nos critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos com diferentes delineamentos metodológicos, qualitativos, quantitativos e mistos, desde que atendessem aos critérios de elegibilidade estabelecidos e abordassem, de forma clara, a temática de políticas públicas voltadas ao esporte feminino.

3.4 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de inclusão foram definidos de acordo com o objetivo da pesquisa, sendo eles: 1) Estudos empíricos que apresentam dados sobre políticas públicas e seu impacto no esporte feminino; 2) artigos publicados nos últimos 10 anos; 3) artigos que tratem de políticas públicas, programas ou iniciativas voltadas para o esporte feminino; e, 4) estudos que discutam os impactos, barreiras e desafios das políticas públicas no esporte feminino e suas implicações para a inclusão e desenvolvimento das mulheres no esporte. Os idiomas incluídos foram Inglês, Português e Espanhol, sendo estes dois últimos devido à relevância geográfica, abrangendo estudos da América Latina e Península Ibérica, enquanto o primeiro foi incluído para ampliar o escopo e garantir a relevância internacional da pesquisa.

Os critérios de exclusão foram: 1) Artigos que não abordem diretamente o esporte feminino ou que se concentrem exclusivamente no esporte masculino; 2) estudos que não discutam políticas públicas, iniciativas ou programas relacionados ao esporte feminino; 3) artigos que não forneçam informações sobre os efeitos ou implementação das políticas públicas no esporte feminino, ou que faltem dados específicos relacionados à população de interesse (mulheres e meninas); e, 4) artigos de revisão.

3.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS

Os artigos passaram por duas fases de avaliação. Na primeira fase, na plataforma *Rayyan*®, dois revisores (R1 e R2) realizaram a triagem independente dos títulos e resumos. Após a triagem, uma reunião de consenso foi realizada para

discutir divergências, com a participação de um terceiro revisor (R3) em caso de desacordo persistente. Os artigos incluídos avançaram para a segunda fase de avaliação.

Na segunda fase, os artigos selecionados foram analisados na íntegra pelos dois revisores de forma independente. Novamente, uma reunião de consenso foi realizada para discutir eventuais divergências, com o terceiro revisor (R3) sendo acionado para a decisão final, se necessário.

A análise dos artigos foi conduzida de forma reflexiva e interativa, seguindo os procedimentos para análise temática de Braun e Clarke (2019) e orientada pelo framework da teoria da ecologia de jogos. Inicialmente, todos os artigos foram lidos para aprofundar a compreensão do conteúdo, com atenção especial para identificar interações, conflitos, alianças e interdependências entre atores e instituições.

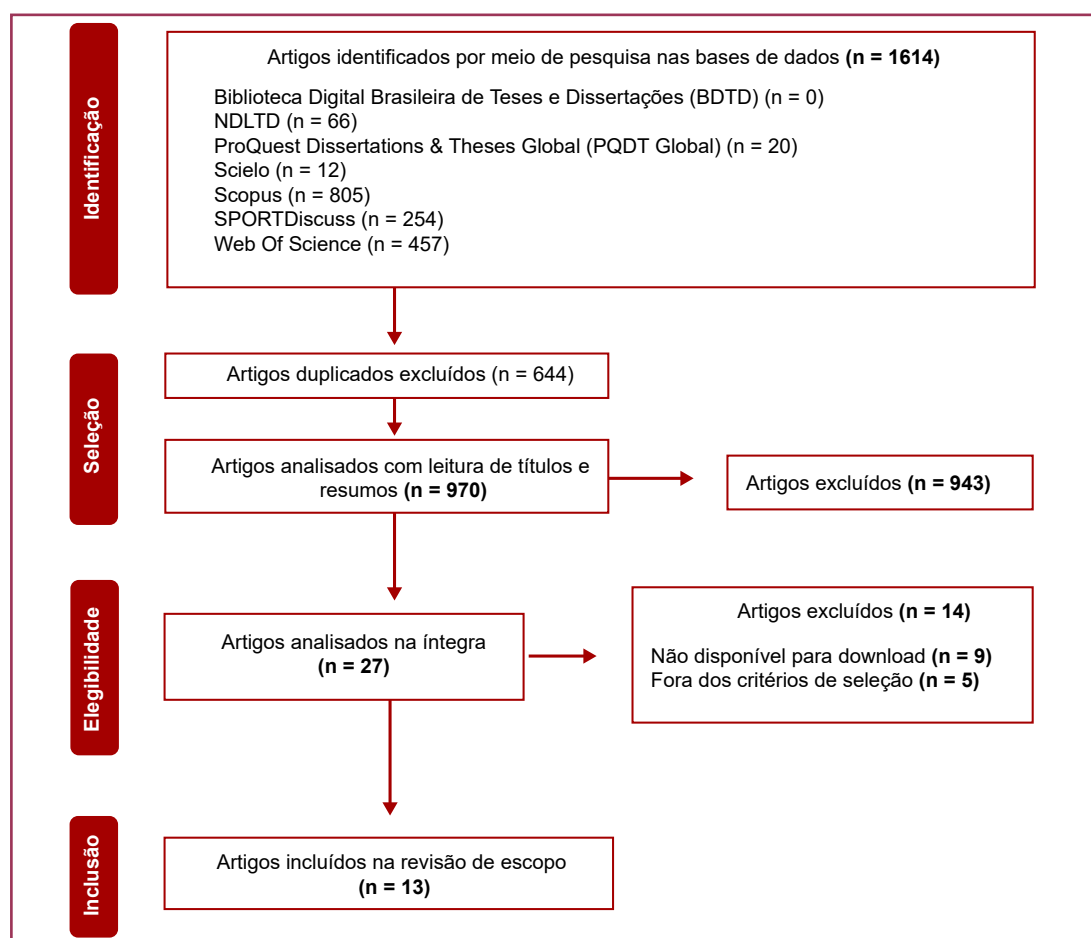
Na etapa de codificação, trechos significativos e ideias emergentes foram registrados. Os conceitos da teoria - como "jogos de governança", "pressões sociais", "disputa por recursos" e "cooperação internacional" — orientaram a identificação de padrões, enfatizando dinâmicas de poder e relações estratégicas entre os atores do ecossistema esportivo.

Posteriormente, os códigos foram agrupados e categorizados de acordo com a pergunta central da revisão, sempre considerando os “jogos interdependentes” do framework teórico. Os temas emergentes foram então revisados, refinados e nomeados de forma a refletir sua essência e aderência aos conceitos teóricos. Por fim, os resultados foram sintetizados e interpretados, integrando os temas identificados e reclassificando o material conforme a evolução da análise.

Neste estudo, seguimos as orientações de Smith e McGannon (2018) para promover rigor metodológico, priorizando diálogos colaborativos e reflexões críticas entre os pesquisadores na interpretação dos dados. Ressalta-se que o estudo utilizou dados de domínio público, portanto, não houve necessidade de apreciação ética.

4 RESULTADOS

Nas buscas realizadas, obteve-se um total de 1614 artigos, 644 publicações foram excluídas por duplicidade, totalizando 970 trabalhos para a primeira análise. Após seleção por títulos e resumos, 943 artigos foram excluídos por não pertinência ao objetivo da pesquisa. Assim, 27 trabalhos foram lidos integralmente e 14 excluídos, resultando em 13 artigos para a construção da revisão de escopo, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos – *checklist* PRISMA-ScR.

Fonte: dados da pesquisa.

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS PUBLICAÇÕES

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos 13 artigos selecionados, sistematizando informações essenciais como autor, ano de publicação, país ou região de origem, tipo de agente responsável pela política, nível da política, objetivo do estudo, método utilizado e categoria teórica predominante conforme a EGF. A coluna “Categoria EGF Predominante” visa destacar, de forma interpretativa, qual dimensão da ecologia de jogos (Lubell, 2013) se sobressai em cada caso analisado, como disputas por recursos, externalidades institucionais, pressões normativas ou dinâmicas de cooperação interinstitucional.

Ao adotar essa lente teórica, esta revisão de escopo propõe identificar padrões de interdependência, disputas por recursos, alianças estratégicas e externalidades institucionais que atravessam os estudos analisados. As categorias analíticas desenvolvidas: (i) governança e lideranças inclusivas; (ii) pressões sociais e normas culturais; (iii) recursos financeiros e impactos econômicos; e (iv) cooperação internacional e redes globais, foram elaboradas a partir da análise temática dos artigos, mas são interpretadas à luz dos conceitos centrais da ecologia de jogos, compondo um ecossistema político do esporte feminino. É importante ressaltar que as categorias analíticas desenvolvidas nesta revisão não derivam diretamente da estrutura original da EGF, mas emergiram da análise temática dos artigos empíricos

selecionados. Sua interpretação, contudo, foi conduzida à luz dos seis elementos centrais propostos por Lubell (2013), permitindo compreender como disputas por recursos, dinâmicas de liderança, pressões normativas e cooperação global se articulam em jogos interdependentes e arenas sobrepostas no ecossistema político do esporte feminino.

Essa estratégia visa articular os achados empíricos com os princípios teóricos da abordagem ecológica, possibilitando uma leitura sistêmica das interdependências, conflitos e negociações que estruturam a formulação e implementação das políticas públicas voltadas à equidade de gênero no esporte.

Quadro 1 - Síntese dos artigos incluídos na revisão.

Autor/Ano	País/Região e nível da política	Tipos de Agente Político	Objetivos	Método/ Participantes	Categoria EGF predominante
Salazar-C, 2023	México. Nacional	Governo Federal	Comparar planos governamentais pró-equidade no esporte.	Estudo documental de planos nacionais.	Governança e liderança inclusiva.
Buser <i>et al.</i> , 2024	Suíça. Nacional	Federações esportivas	Analisar entrada da equidade de gênero na agenda política de federações.	Estudo de caso múltiplo. Entrevistas semiestruturadas com 9 especialistas.	Empreendedores de políticas e governança.
Jowett <i>et al.</i> , 2024	Reino Unido. Nacional	Programa estatal	Avaliar programa de desenvolvimento de liderança para treinadoras.	Entrevistas com 17 treinadoras.	Liderança, capacitação e recursos.
Furukawa, 2024	Tanzânia. Local	ONG e programa local	Estudar impacto do evento “Ladies First” na continuidade esportiva de atletas.	Questionários e entrevistas com atletas e familiares.	Normas culturais e barreiras socioculturais
Patil; Doherty, 2023	Canadá. Nacional	Organizações esportivas nacionais	Analisar capacidade institucional de implementação de políticas de gênero.	Entrevistas com gestores de três NSOs.	Recursos e interdependência institucional.
Kraft <i>et al.</i> , 2022	Canadá. Local / Regional	Governo provincial + ONGs + mentorias	Avaliar os impactos de uma iniciativa de aprendizagem social para equidade.	Inquérito colaborativo, entrevistas, observações.	Cooperação, redes e recursos.
Druckman <i>et al.</i> , 2014	Estados Unidos da América. Nacional	Sistema universitário	Verificar o conhecimento e apoio ao Título IX entre atletas.	Survey com 1303 estudantes-atletas	Normas culturais e conscientização política.
Soysa; Zipp, 2019	Internacional (ONU, COI). Global	Organizações multilaterais	Analisar histórico de políticas internacionais para equidade de gênero no esporte.	Análise documental de declarações internacionais	Cooperação internacional e agenda global.
Taylor, 2016.	Escócia. Local	Programa comunitário + governo	Avaliar programa de liderança para jovens líderes esportivas.	Questionários, entrevistas e observação com 382 participantes.	Liderança e empoderamento comunitário.

Autor/Ano	País/Região e nível da política	Tipos de Agente Político	Objetivos	Método/ Participantes	Categoria EGF predominante
Adriaanse; Claringbould, 2016	Global. Global	Organização internacional	Analisar legados das conferências mundiais sobre mulheres e esporte.	Análise documental dos cinco legados das Conferências Mundiais sobre Mulheres e Esporte (1994-2010)	Agenda global, símbolos e representatividade.
Hextrum; Sethi, 2022	Estados Unidos da América. Nacional	Governo federal	Analisar as contradições e limitações do Title IX ao buscar equidade de gênero no esporte através do estado.	Ensaio teórico com base em literatura e documentos legais.	Governança, limites institucionais e vigilância.
Cooky <i>et al.</i> , 2016	Montenegro. Nacional	Comitê Olímpico Nacional	Identificar barreiras e facilitadores da participação feminina no esporte.	Grupos focais com atletas e profissionais e dados estatísticos.	Normas culturais e barreiras estruturais.
Matthews, 2021	Global. Global	Organização internacional + redes regionais	Analisar impactos da Conferência de Brighton no avanço da equidade esportiva.	Análise documental e entrevistas com 24 pessoas chave.	Cooperação internacional, redes e governança.

Fonte: dados da pesquisa.

Dos 13 artigos, 10 analisam contextos do Norte Global (EUA, Canadá, Europa), enquanto apenas 3 focam o Sul Global (México, Tanzânia, Montenegro). Essa assimetria reflete lacunas na literatura sobre realidades latino-americanas e africanas. Além disso, a análise dos 13 estudos selecionados, publicados entre 2015 e 2024, revelou uma concentração significativa entre os anos de 2018 e 2020, refletindo o crescente interesse acadêmico pelas políticas públicas voltadas ao esporte feminino nesse período. Essa intensificação das discussões parece estar relacionada a agendas internacionais e movimentos sociais em prol da equidade de gênero no esporte como o movimento global *#WomenInSport*, o fortalecimento das diretrizes da ONU Mulheres, e a visibilidade de atletas como Megan Rapinoe e Simone Biles que contribuíram para intensificar o debate público e acadêmico em torno da equidade de gênero no esporte.

A análise também revelou uma diversidade de atores políticos responsáveis pelas iniciativas, incluindo agentes estatais (como ministérios e governos nacionais), organizações não governamentais, federações esportivas e redes transnacionais. Essa diversidade reflete os múltiplos fóruns institucionais onde os jogos se desenrolam, reforçando a policentricidade do ecossistema descrito pela EGF.

5 DISCUSSÃO

A diversidade de formatos e agentes envolvidos nas políticas públicas para o esporte feminino revela a complexidade do ecossistema em que essas ações se desenvolvem. Políticas estatais, como o Título IX nos Estados Unidos (Druckman

et al., 2014), tendem a produzir impactos estruturais mais duradouros, mas frequentemente enfrentam resistências institucionais que limitam sua efetividade. Por outro lado, iniciativas oriundas da sociedade civil, como o projeto 'Ladies First' na Tanzânia (Furukawa, 2024), demonstram agilidade para atuar em contextos locais marcados por barreiras simbólicas e culturais, embora dependam de recursos voláteis e apresentem menor institucionalização. Essa dualidade evidencia a coexistência de diferentes jogos políticos no interior do sistema, conforme sugere a EGF. Governos operam como fóruns formais de regulação, enquanto ONGs e programas independentes atuam como empreendedores e empreendedoras de políticas que exploram nichos desassistidos. Assim, mais do que listar avanços e desafios, esta revisão busca compreender como dimensões como governança, normas culturais, recursos financeiros e cooperação internacional se entrelaçam. A seguir, discutimos como essas dimensões interagem em jogos interdependentes e arenas sobrepostas, moldando a eficácia e a sustentabilidade das políticas públicas para o esporte feminino.

5.1 GOVERNANÇA E LIDERANÇAS INCLUSIVAS

A governança do esporte feminino configura-se como um campo policêntrico e relacional, no qual múltiplos atores e atrizes como governos, federações, patrocinadores, organizações internacionais e movimentos sociais, operam em fóruns interdependentes, disputando agendas, construindo alianças e acionando diferentes jogos estratégicos. À luz da EGF, essas interações não se restringem a um único espaço institucional, mas se desdobram em arenas sobrepostas e com graus variados de formalidade e influência.

O estudo de Buser *et al.* (2024), na Suíça, exemplifica um jogo no qual atores externos ao sistema esportivo formal, como patrocinadores, atuam como empreendedores e empreendedoras de política ao pressionarem por práticas equitativas. Essa pressão desloca o jogo político de um fórum interno (federação) para uma arena externa (mercado), abrindo janelas de oportunidade que redesenham as coalizões em torno da equidade.

Por outro lado, o caso analisado por Salazar-C. (2023), no México, evidencia as limitações dos jogos de liderança ancorados em fóruns formalmente inclusivos, mas institucionalmente hierárquicos, com conselhos diretivos dominados por homens. Nesse contexto, mesmo políticas progressistas são neutralizadas por externalidades institucionais, isto é, normas e estruturas que perpetuam desigualdades mesmo após mudanças normativas. Isso reforça a ideia de que os jogos ocorrem em camadas interligadas, onde mudanças em uma arena (política pública) não garantem transformações em outra (cultura organizacional).

Iniciativas como o "*Women in Coaching*" (Jowett *et al.*, 2024) buscam alterar a configuração dos jogadores por meio da capacitação técnica e do incentivo à liderança feminina. No entanto, como mostram Hextrum e Sethi (2022), esses jogos são limitados quando não provocam deslocamentos nos centros de poder. Capacitar mulheres sem modificar as estruturas que definem quem participa das decisões

perpetua jogos assimétricos, nos quais as regras do jogo continuam favorecendo os mesmos atores.

A proposta de Patil e Doherty (2023), ao analisar parcerias horizontais entre organizações, reforça a importância dos jogos cooperativos em espaços de governança colaborativa. Contudo, sua efetividade depende da capacidade de transitar entre arenas institucionais. É imprescindível reconhecer que a simples capacitação de lideranças femininas, por meio de cursos e formações, é limitada se não vier acompanhada do enfrentamento das barreiras institucionais e simbólicas no esporte. Diversas pesquisas evidenciam que esse conjunto de barreiras atua como um “teto de vidro” invisível que impede a progressão profissional das mulheres (Walker; Bopp, 2010; Reade; Rodgers; Norman, 2009). Estudos com treinadoras e lideranças femininas reforçam que mesmo quando há oferta de capacitação, as mulheres enfrentam um ambiente hostil, resistente à sua ascensão (Solanas *et al.*, 2022). Mais importante do que cursos pontuais é garantir visibilidade, acesso a redes e oportunidades reais de promoção profissional.

Portanto, a sub-representação feminina na liderança esportiva não é apenas um reflexo de exclusão, mas o resultado de múltiplos jogos sobrepostos, nos quais normas culturais, interesses econômicos e dinâmicas institucionais se reforçam mutuamente. Compreender esses jogos é fundamental para desenhar estratégias que não apenas incluam mais mulheres, mas que transformem os jogos em que elas estão inseridas.

5.2 PRESSÕES SOCIAIS E NORMAS CULTURAIS

Estereótipos de gênero, papéis tradicionais e até influências religiosas (Furukawa, 2024; Cooky *et al.*, 2016) configuram arenas simbólicas onde se travam disputas silenciosas, porém persistentes, que moldam a participação das mulheres no esporte. À luz da EGF, essas arenas operam como regras não escritas do jogo, delimitando quem pode participar e com que legitimidade. Estudos antropológicos têm destacado como a masculinidade hegemônica domina os discursos e práticas esportivas, mantendo uma dinâmica de exclusão simbólica (Chalabaev *et al.*, 2013).

Em países como Tanzânia e Montenegro (Furukawa, 2024; Cooky *et al.*, 2016), políticas progressistas coexistem com estruturas sociais conservadoras, criando jogos de tensão entre fóruns formais, como organismos governamentais, e arenas locais (comunitárias e religiosas) que resistem à implementação dessas políticas. Essas normas culturais, longe de neutras, são politicamente mobilizadas por organizações que mantêm o *status quo*, como no caso de *Caster Semenya*, onde normas de gênero foram acionadas para excluir atletas que desafiam a categoria tradicional (Holzer, 2024).

O reforço ou a ruptura dessas normas está conectado a outras dimensões como o financiamento. A escassez de recursos para programas inclusivos tende a manter as prioridades alinhadas aos padrões hegemônicos (Isard; Melton; Macaulay, 2023). O universo esportivo, assim, reproduz relações de poder que dificultam o acesso feminino aos espaços decisórios, construindo um “teto de vidro” composto por

barreiras culturais e institucionais, como redes de indicação masculinas, preconceitos de gênero e a dupla jornada de trabalho, as quais precisam ser desmanteladas para que a equidade seja alcançada de forma efetiva, profundamente enraizadas (Walker; Bopp, 2010; Reade; Rodgers; Norman, 2009).

Movimentos globais e pressões internacionais atuam como jogos externos com potencial disruptivo, mas sua eficácia depende da capacidade de adaptação local (Holzer, 2024). Oferecer cursos sem modificar os critérios decisórios perpetua hierarquias existentes. A verdadeira igualdade exige transformação cultural, revisão de critérios institucionais e eliminação de vieses (Reade; Rodgers; Norman, 2009). Compreender essas pressões exige mais do que identificá-las como obstáculos: é necessário analisá-las como componentes ativos de jogos simbólicos e estratégicos, que influenciam diretamente a eficácia das políticas públicas para o esporte feminino.

5.3 RECURSOS FINANCEIROS E IMPACTOS ECONÔMICOS

A teoria da ecologia de jogos destaca que os atores em um ecossistema competem por recursos limitados, como financiamento, infraestrutura e apoio político. No contexto esportivo, essa competição é evidente na disputa entre esportes masculinos e femininos por investimentos. Como destacado por Hextrum e Sethi (2022), a priorização de modalidades masculinas, especialmente aquelas que geram lucro, como futebol americano e basquete universitário, perpetua desigualdades e restringe o crescimento das práticas femininas. Além disso, a ecologia de jogos reconhece que os atores frequentemente dependem de fontes externas de recursos para implementar suas estratégias. Buser *et al.* (2024) e Patil e Doherty (2023) demonstram que patrocínios e subsídios governamentais são mecanismos cruciais para alterar esse desequilíbrio, atuando como jogos de apoio estratégico que podem redistribuir recursos em favor da equidade.

Outro aspecto relevante é o impacto econômico gerado por certas iniciativas, que pode aumentar sua legitimidade e atrair mais apoio. Programas como o *"Girls on the Move Leadership Programme"* (Taylor, 2016) ilustram como investimentos em capacitação e liderança feminina beneficiam não apenas as participantes, mas também suas comunidades, gerando empregos e ampliando a participação em atividades físicas. A avaliação do programa revelou que ele atraiu mulheres que normalmente não se viam como líderes, aumentou a participação em papéis de liderança feminina e gerou benefícios econômicos para as comunidades (Taylor, 2016). A teoria também enfatiza a importância de estratégias de alinhamento e parcerias para maximizar o uso de recursos e superar desafios. Patil e Doherty (2023) destacam a necessidade de coordenação entre organizações esportivas, governos e financiadores para implementar ações de equidade de gênero de forma eficaz.

As desigualdades estruturais de gênero, incluindo as financeiras, são mantidas por relações de poder desiguais, conforme destacado por Hextrum e Sethi (2022). A distribuição desigual de recursos entre esportes masculinos e femininos reflete e reforça as hierarquias de gênero, explicando por que as modalidades femininas

frequentemente recebem menos apoio, mesmo com seus impactos sociais e econômicos positivos.

5.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E FORMAÇÃO DE REDES GLOBAIS

A teoria da ecologia de jogos enfatiza a interação entre atores que atuam em diferentes esferas de influência, desde organizações internacionais até comunidades locais. Iniciativas como a Declaração de *Brighton* e o *Kazan Action Plan*, citados por Soysa e Zipp (2019) e Matthews (2021), ilustram como entidades globais, como o Grupo de Trabalho Internacional sobre Mulheres e Esporte (IWG) e a Associação Africana de Mulheres no Esporte (AWISA), moldam agendas locais. Essa interação é fundamental para compreender como normas e políticas globais são adaptadas, reinterpretadas ou até resistidas em contextos específicos.

Um dos pilares do *framework* utilizado é a formação de coalizões e redes, estratégias essenciais para ampliar influência e enfrentar desafios compartilhados. A criação de grupos como o IWG e redes regionais, como a AWISA, facilita a troca de conhecimentos, a coordenação de esforços e a mobilização de recursos. Essas coalizões funcionam como "jogadores coletivos" no ecossistema esportivo, fortalecendo a capacidade de *advocacy* e impulsionando transformações sistêmicas.

Além disso, a teoria ressalta a capacidade de adaptação dos atores a diferentes realidades. Embora iniciativas globais, como a Declaração de *Brighton*, estabeleçam diretrizes amplas, sua implementação eficaz depende da adaptação a contextos locais. Como observado por Matthews (2021), a falta de monitoramento e as dificuldades de adaptação são obstáculos significativos, já que normas e práticas globais nem sempre se alinham com as necessidades e culturas locais.

Outro aspecto crucial é a dinâmica de competição e colaboração. No ecossistema esportivo, organizações como a UNESCO e o Comitê Olímpico Internacional (COI) competem por visibilidade e legitimidade, mas também unem forças em iniciativas como o *Kazan Action Plan*. Essa dualidade entre competir e colaborar é vital para avançar a agenda de equidade de gênero, demonstrando como os atores podem tanto rivalizar quanto cooperar para alcançar objetivos comuns.

A promoção da equidade de gênero no esporte, portanto, demanda muito mais que ações isoladas de capacitação. É necessária a desconstrução das estruturas de poder estabelecidas, pois o discurso oficial de "oportunidades iguais" frequentemente ignora os privilégios masculinos historicamente consolidados nas instituições esportivas (Solanas *et al.*, 2022). As organizações podem até anunciar programas de apoio, mas, na prática, os cargos de liderança e os conselhos esportivos continuam majoritariamente ocupados por homens, o que limita de forma concreta as oportunidades para que as mulheres acessem esses espaços (Walker; Bopp, 2010; Solanas *et al.*, 2022).

Os achados desta revisão reforçam a importância de uma abordagem sistêmica para promover a equidade de gênero no esporte, considerando as inter-relações entre governança, normas culturais, recursos financeiros e cooperação

internacional que não operam de maneira isolada, mas constituem um sistema dinâmico e interdependente. Praticamente, os resultados sugerem a necessidade de políticas públicas mais integradas, que combinem iniciativas locais com apoio internacional, e de programas de capacitação contínua para líderes e atletas femininas. A análise revelou que avanços em um eixo (como a capacitação de lideranças) podem ser neutralizados por resistências em outro (como a cultura organizacional), evidenciando a necessidade de abordagens integradas e multiescalares. A teoria da ecologia de jogos foi instrumental para compreender essa complexidade, ao permitir a leitura das políticas públicas como resultado de interações simultâneas, desiguais e historicamente situadas.

Embora esta revisão ofereça uma visão abrangente, algumas limitações devem ser reconhecidas. A maioria dos estudos analisados concentra-se em contextos específicos, como América do Norte e Europa, o que limita a generalização dos achados. Além disso, a escassez de dados quantitativos longitudinais dificulta a avaliação do impacto de longo prazo das iniciativas. Futuras pesquisas poderiam explorar contextos sub-representados, como África e América Latina, e investigar o papel de novas tecnologias e mídias sociais na promoção da equidade de gênero no esporte.

6 CONCLUSÕES

Este estudo mapeou o cenário complexo das políticas públicas para o esporte feminino, analisando as principais características, desafios e impactos. Revelando um ecossistema de interdependências onde governança, cultura, finanças e cooperação internacional se entrelaçam. A lente da EGF nos permitiu compreender que a promoção da equidade de gênero no esporte não resulta de intervenções isoladas, mas de interações dinâmicas entre quatro dimensões centrais: governança, normas culturais, recursos financeiros e cooperação internacional, cujas inter-relações são determinantes para o êxito ou fracasso das políticas analisadas. A análise mostrou ganhos expressivos como a força dos movimentos feministas, redes como a IWG e programas de liderança feminina estão reescrevendo regras do jogo. Porém, lacunas persistentes seguem desafiando a equidade. Sub-representação feminina em cargos de poder, apesar de capacitações, Culturas organizacionais resistentes a transformações, desigualdade crônica de recursos, com esportes masculinos ainda dominando investimentos.

A partir da perspectiva da EGF, tornou-se evidente que a equidade de gênero no esporte feminino não será alcançada apenas por meio de medidas isoladas, como cursos de capacitação. Tais iniciativas, embora necessárias, mostram-se insuficientes quando não acompanhadas de estratégias institucionais para dismantlar os mecanismos de exclusão, como o teto de vidro, os vieses institucionais e as assimetrias na distribuição de recursos.

Os resultados apontam que a equidade no esporte feminino não é um sprint, mas uma maratona que demanda políticas integradas, conectando ações locais a redes globais; lideranças femininas capacitadas de forma contínua, não pontual;

alianças inteligentes entre patrocinadores, governos e movimentos sociais; e flexibilidade para adaptar modelos globais a contextos específicos.

Por fim, este estudo reafirma a utilidade da EGF como uma ferramenta analítica potente para compreender a complexidade das políticas públicas no esporte feminino. Seu potencial reside na capacidade de capturar a natureza interdependente, multiescalar e dinâmica dos jogos políticos que moldam as oportunidades de participação e liderança das mulheres no esporte. Recomenda-se que futuras pesquisas: amplifiquem o foco para incluir realidades do Sul Global, especialmente o Brasil e países da América Latina; incluam análises interseccionais que considerem múltiplas formas de desigualdade; investiguem mais profundamente os processos de tomada de decisão nas estruturas de poder esportivas; explorem estratégias eficazes para transformar culturas organizacionais historicamente resistentes à equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ADRIAANSE, Johanna A.; CLARINGBOULD, Inge. Gender equality in sport leadership: from the Brighton Declaration to the Sydney Scoreboard. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 51, n. 5, p. 547–566, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1012690214548493>
- ASSIS, Isabela Silva *et al.* Athletics is still a male-dominated sport: the underrepresentation of women as athletes, coaches, and referees in Brazil. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 58, p. 872-879, 2024. Disponível em: <http://revistaretos.org/index.php/retos/article/view/106067/79229>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 11, n. 4, p. 589–597, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- BUSER, Michael *et al.* Promoting the participation of women: agenda setting in Swiss sports federations. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 16, n. 3, p. 465–479, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2024.2378146>
- CHALABAEV, Aina *et al.* The influence of sex stereotypes and gender roles on participation and performance in sport and exercise: review and future directions. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 14, n. 2, p. 136-144, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2012.10.005>.
- COOKY, Cheryl *et al.* Gender and sport participation in Montenegro. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 51, n. 8, p. 917–939, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1012690214559109>
- DRUCKMAN, James N. *et al.* Athlete support for Title IX. **The Sport Journal**, v. 19, p. 1–12, May 9, 2014. Disponível em: <https://thesportjournal.org/article/athlete-support-for-title-ix/>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- EVANS, Michelle D.; KNEPPER, Hillary J. Women's sports and public administration: Intertwined paths to social equity. **Administrative Theory & Praxis**, v. 46, n. 4, p. 383–404, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/10841806.2023.2282920>.
- FURUKAWA, Mitsuaki. Can 'Tanzania Ladies First' be a trigger for female athletes to continue in sport? **Forum for Development Studies**, v. 51, n. 1, p. 49–69, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/08039410.2023.2269949>

HEXTRUM, Kirsten; SETHI, Simran. Title IX at 50: legitimating state domination of women's sport. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 57, n. 5, p. 655–672, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/10126902211037843>

HOLZER, Lena. International sports federations as de facto lawmakers: queer-feminist explorations of the gendered power of sports law. **Leiden Journal of International Law**, v. 37, n. 4, p. 891-914, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0922156524000189>.

ISARD, Risa F.; MELTON, E. Nicole; MACAULAY, Charles D. T. Women's sport and everyday resistance. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 5, p. 1007033, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fspor.2023.1007033>.

JOANNA BRIGGS INSTITUTE (JBI). Reviewer's manual: 2015 edition/supplement. Adelaide: JBI, 2015. Disponível em: http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/Reviewers-Manual_Methodology-for-JBI-Scoping-Reviews_2015_v2.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

JOWETT, Sophia *et al.* Women coaches leadership development programme: an evaluation study of programme effectiveness. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 6, p. 1433787, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3389/fspor.2024.1433787>

KARSTENSEN, Viola *et al.* The role of sports in promoting social inclusion and health in marginalized communities. **International Journal of Sport Studies for Health**, v. 7, n. 3, p. 41–48, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61838/kman.intjssh.7.3.6>

KNOPPERS, Annelies; SPAAIJ, Ramón. The politics of positions of sport leadership. *In*: MOLNÁR, Gyozo; BULLINGHAM, Rachael (ed.). **The Routledge Handbook of gender politics in sport and physical activity**. London: Routledge, 2022. p. 38–46. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003093862-5>

KOLLER, Dionne. The new gender equity in elite women's sports. *In*: LOUGH, Nancy; GEURIN, Andrea (ed.). **Routledge Handbook of the Business of Women's Sport**. London: Routledge, 2019. p. 217–227. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203702635-17>.

KRAFT, Erin *et al.* Increasing gender equity in sport organizations: assessing the impacts of a social learning initiative. **Sport in Society**, v. 25, n. 10, p. 2009–2023, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2021.1904900>

LESCH, Lara; KERWIN, Shannon; WICKER, Pamela. Women representation and organisational characteristics in sport governance: Implications for gender policy and practice. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 15, n. 3, p. 493–510, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2023.2215788>

LONG, Norton E. The local community as an ecology of games. **American Journal of Sociology**, v. 64, n. 3, p. 251–261, 1958. DOI: <https://doi.org/10.1086/222468>

LOPIANO, Donna A. It's time for the NCAA and other educational sport governance organizations to get serious about gender equity. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**, v. 85, n. 2, p. 6–7, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/07303084.2014.866784>.

LOTIFY, Chaymaa; BENNANI, Yasmina; CORNET, Annie. A meta-analysis of women professional evolution in sports leadership. **Problems and Perspectives in Management**, v. 21, n. 4, p. 38-51, 2023. DOI: [https://doi.org/10.21511/ppm.21\(4\).2023.04](https://doi.org/10.21511/ppm.21(4).2023.04).

LUBELL, Mark. Governing institutional complexity: the ecology of games framework. **Policy Studies Journal**, v. 41, n. 3, p. 537–559, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12028>

LUBELL, Mark *et al.* Methodological approaches to the ecology of games framework. *In*: WEIBLE, Christopher M.; WORKMAN, Samuel (ed.). **Methods of the policy process**. New York: Routledge, 2022. p. 233-262. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003269083>.

- MATTHEWS, Jordan J. The Brighton conference on women and sport. **Sport in History**, v. 41, n. 1, p. 98–130, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/17460263.2020.1730943>
- MUNN, Zachary *et al.* Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Medical Research Methodology**, v. 18, p. 143, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>
- PATIL, Swarali; DOHERTY, Alison. Capacity for gender equity initiatives: a multiple case study investigation of national sport organisations. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 15, n. 2, p. 271–288, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2023.2201293>
- READE, Ian; RODGERS, Wendy; NORMAN, Leanne. The under-representation of women in coaching: a comparison of male and female Canadian coaches at low and high levels of coaching. **International Journal of Sports Science & Coaching**, v. 4, n. 4, p. 505–520, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1260/174795409790291439>
- SALAZAR-C, Cira M. Women and sport: behavior of Mexican public policy from 2000–2022. **CienciaUAT**, v. 18, n. 1, p. 141–157, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29059/cienciauat.v18i1.1738>
- SERRA PAYERAS, Pedrona; SOLER PRAT, Susanna; VILANOVA SOLER, Anna; HINOJOSA-ALCALDE, Ingrid. Masculinization in physical activity and sport sciences degree programs. **Apunts: Educación Física y Deportes**, v. 35, n. 135, p. 9–25, 2019. DOI: [https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2019/1\).135.01](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2019/1).135.01)
- SIROYA, Aman *et al.* A detailed study about women in the sports industry. **Journal of Development and Artificial Intelligence**, v. 2, n. 2, p. 53–60, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46632/jdaai/2/2/5>
- SMITH, Brett; MCGANNON, Kerry R. Developing rigor in qualitative research: problems and opportunities within sport and exercise psychology. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 11, n. 1, p. 101–121, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1750984X.2017.1317357>.
- SOLANAS, Judith *et al.* Is sport coaching a social sustainable profession for women? Analysing the experiences of women coaches in Spain. **Sustainability**, v. 14, n. 13, p. 7846, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14137846>.
- SOLER PRAT, Susanna. Los procesos de reproducción, resistencia y cambio de las relaciones tradicionales de género en la Educación Física: el caso del fútbol. **Culture and Education**, v. 21, n. 1, p. 31–42, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1174/113564009787531253>
- SOTIRIADOU, Popi; HAAN, Donna de. Women and leadership: advancing gender equity policies in sport leadership through sport governance. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 11, n. 3, p. 365–383, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2019.1577902>
- SOYSA, Lilamani de; ZIPP, Sarah. Gender equality, sport and the United Nation's system: a historical overview of the slow pace of progress. **Sport in Society**, v. 22, n. 11, p. 1783–1800, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2019.1651018>
- SYPIEŃ, Katarzyna. Gender equality in sports: the struggle of sportswomen for equal rights. In: KWIATEK, Gabriela; KASPERSKA, Anna; SOROKA, Tomasz. **Canada: a model for gender equality? Poland: Księgarnia Akademicka Publishing**, 2024. p. 161–174. DOI: <https://doi.org/10.12797/9788383681696>
- TAYLOR, John. Investing in the development of young female sport leaders: an evaluation of the 'Girls on the Move' leadership programme. **Managing Sport and Leisure**, v. 21, n. 2, p. 75–90, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/23750472.2016.1210536>

TRICCO, Andrea C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

UN WOMEN. **In focus**: Women and girls in sport. 2019. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/women-and-sport>. Acesso em: 4 fev. 2025.

UNESCO. **Gender equality in sports media**. 2019. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/gender-equality-sports-media>. Acesso em: 4 fev. 2025.

VAQUERO-CRISTÓBAL, Raquel *et al.* Gender equity in sport from the perspective of European women athletes and sport managers, physical education teachers and sport coaches. **Frontiers in Psychology**, v. 15, p. 1419578, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1419578>

WALKER, Nefertiti; BOPP, Trevor. The underrepresentation of women in the male-dominated sport workplace: perspectives of female coaches. **Journal of Workplace Rights**, v. 15, n. 1, p. 47–64, 2010. DOI: <https://doi.org/10.2190/wr.15.1.d>

WEATHERFORD, Gwedolyn M.; BLOCK, Betty A.; WAGNER, Frederick L. The complexity of sport: universal challenges and their impact on women in sport. **Women in Sport and Physical Activity Journal**, v. 26, n. 2, p. 89–98, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1123/wspaj.2018-0001>

Abstract: This study examines public policies for women's sports through the lens of Game Ecology Theory, analyzing their characteristics, challenges, and impacts. A scoping review was conducted following PRISMA-ScR guidelines, with searches in seven databases. From 1,614 identified articles, 13 were included in the analysis. The results showed four main themes, aligned with theory, governance and inclusive leadership; social pressures and cultural norms; financial resources and economic impacts; and international cooperation and the formation of global networks. The study concludes that promoting women's sports requires integrated strategies, coordination between global and local stakeholders, and continuous monitoring to overcome historical inequalities and ensure sustainable progress.

Keywords: Public policies. Women's sports. Gender equity. Sports governance.

Resumen: Este estudio examina las políticas públicas para el deporte femenino desde la perspectiva de la Teoría de la Ecología de Juegos, analizando sus características, desafíos e impactos. Se realizó una revisión de alcance siguiendo las directrices PRISMA-ScR, con búsquedas en siete bases de datos. De los 1.614 artículos identificados, 13 fueron incluidos en el análisis. Los resultados mostraron cuatro temas principales, alineados con la teoría, la gobernanza y el liderazgo inclusivo; las presiones sociales y las normas culturales; recursos financieros e impactos económicos; y la cooperación internacional y la formación de redes mundiales. Se concluye que la promoción del deporte femenino requiere estrategias integradas, articulación entre actores globales y locales y monitoreo continuo para superar desigualdades históricas y garantizar avances sostenibles.

Palabras clave: Políticas públicas. Deporte femenino. Equidad de género. Gobernanza deportiva.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Kauana Possamai: Metodologia, Análise Formal, Escrita – Rascunho original, Investigação, Conceitualização.

Silvia Simoni: Metodologia, Análise Formal, Escrita – Revisão e Edição.

Michel Milistetd: Análise Formal, Escrita – Revisão e Edição, Supervisão.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

COMO REFERENCIAR

POSSAMAI, Kauana; SIMONI, Silvia; MILISTETD, Michel. Políticas públicas para o esporte feminino: uma revisão de escopo sob a perspectiva da Teoria da Ecologia de Jogos. **Movimento**, v. 31, p. e31054, jan./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.145654>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Ileana Wenzel**

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.